



LETRAMENTO DAS FAMÍLIAS E RELAÇÃO COM O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA DAS CRIANÇAS

MARIA EURÁCIA BARRETO DE ANDRADE
SINEIDE CERQUEIRA ESTRELA

EIXO: 5. EDUCAÇÃO E INFÂNCIA

RESUMO: Este artigo tem como objetivo identificar os níveis de letramento das famílias, a fim de compreender os diferentes fatores que influenciam e a relação entre estes e o processo de aquisição da escrita pelos estudantes. A pesquisa tomou como referência professores, famílias e estudantes do final do ciclo da alfabetização. Para tanto a metodologia utilizada foi a observação participante no ambiente escolar e familiar e a realização de entrevistas semiestruturadas, além da aplicação de teste para identificação do nível de letramento das famílias e diagnóstico para aferir o nível de conceitualização da escrita dos estudantes. Os resultados apontam que tanto o nível de letramento das famílias quanto o processo de construção da escrita pelas crianças pode sofrer influência de diversos fatores, um deles é o acesso limitado a práticas e eventos de leitura e escrita no cotidiano sociofamiliar.

Palavras-chave: Níveis de Letramento; Aquisição da escrita; Escola e Família.

ABSTRACT: This article aims to identify the literacy levels of the families in order to understand the different factors that influence and the relationship between them and the acquisition of writing by students. The research took as a reference teachers, families and students at the end of the literacy cycle. Therefore the methodology used was participant observation in the school and family environment and conducting semi-structured interviews, in addition to the test application to literacy level of identification of families and diagnostics to assess the conceptualization level of writing students. The results show that both the literacy level of the families as the construction process of writing for children can be influenced by several factors, one of them is the limited access to practical and reading and writing events in the social-family everyday.

Keywords: Literacy levels; Writing acquisition; School and Family.

1. ABORDAGEM INICIAL

Estudar o letramento, levando em consideração o contexto sociocultural dos sujeitos envolvidos no processo, torna-se necessário, principalmente, pelas inúmeras mudanças ocorridas na sociedade atual, reflexo dos grandes avanços tecnológicos, informacionais e profissionais, que interferem de forma grandiosa, nas relações familiares, necessitando de atenção especial para que se possa olhar cuidadosamente a vida dos estudantes em um contexto mais amplo que transcenda os limites da sala de aula. Esta pesquisa tem como foco de investigação as relações entre família e escola para que se compreenda de que forma as práticas letradas desenvolvidas e vivenciadas interferem na aprendizagem da escrita dos estudantes investigados. Esta relação entre letramento familiar e escolar, buscando maior aproximação das práticas de leitura e escrita, fora dos limites da sala de aula, leva em consideração outros contextos que favorecem uma abordagem bem mais ampla e consistente.

Identificar os níveis de letramento das famílias representa uma grande relevância para que se possa além de compreender os fatores que interferem, perceber também a sua influencia no processo de aquisição do sistema de

escrita dos estudantes, ou seja, se o nível de habilidade da leitura e da escrita das famílias em seus diversos fatores influencia ou não na aprendizagem da escrita das crianças. Para tanto, os dados aqui apresentados procuram trazer à tona as diferentes habilidades de leitura e escrita das famílias, relacionando, entretanto, ao processo de aprendizagem da base alfabética dos estudantes.

Assim, as considerações teórico-metodológicas tecidas aqui, levam em consideração não apenas as questões conceituais da alfabetização e do letramento no cenário escolar, mas também outros contextos de letramento, principalmente, da família e da comunidade em que faz parte, pela compreensão de que o estudante participa diretamente, no seu cotidiano, dos mais diversos e variados eventos e práticas de letramento fora dos limites da sala de aula os quais merecem especial atenção.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada pautou-se na observação participante no ambiente escolar e familiar e na entrevista semiestruturada, além da aplicação de teste para identificação do nível de letramento das famílias (RIBEIRO, 2003) e diagnóstico para aferir o nível de conceitualização da escrita dos estudantes (FERREIRO E TEBEROSKY, 1999). A identificação dos níveis de habilidade nas práticas sociais de leitura e escrita dos sujeitos empíricos investigados tomou como base a experiência realizada pelo Instituto Paulo Montenegro em parceria com a Ação Educativa e o IBOPE para identificação do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf). Porém, diferentemente do termo utilizado pelo Inaf que denomina como níveis de alfabetismo, utilizamos com maior frequência o termo níveis de letramento por considerarmos que contempla melhor as discussões e o longo processo de realização da pesquisa, conforme abordado posteriormente.

Para o levantamento dos níveis de letramento das famílias, assim como no teste realizado para obtenção do Inaf, foram contempladas questões que exigiam desde habilidades simples até questões mais complexas, necessitando um nível maior de familiaridade com a língua escrita, associada ao seu contexto e uso social. Além dos sujeitos considerados analfabetos, os conhecimentos de leitura e escrita foram agregados, considerando as habilidades necessárias para a inserção na sociedade. Assim, três níveis de letramento foram identificados no teste, assim como denominados por Ribeiro (2003, p. 16-18):

Nível 1 [...] corresponde à capacidade de localizar informações explícitas em textos muito curtos, cuja configuração auxilia o reconhecimento do conteúdo solicitado. [...] Nível 2 [...] corresponde àquelas pessoas que conseguem localizar informações em textos curtos. [...] Nível 3 [...] corresponde à capacidade de ler textos mais longos podendo orientar-se por subtítulos, localizar mais de uma informação, de acordo com condições estabelecidas. [...] mostram-se capazes de relacionar partes do texto, comparar dois textos, realizar inferências e sínteses (RIBEIRO, 2003, p. 16-18).

Conforme demonstrado por Ribeiro (2003) e reafirmado em estudo realizado por Andrade (2011) baseada nesta mesma metodologia de pesquisa, a construção do teste pautou-se nas “[...] habilidades de leitura e escrita envolvidas nas diversas práticas sociais de letramento, ou seja, nos usos mais comuns da escrita no ambiente doméstico, no trabalho e em outros contextos cotidianos” (RIBEIRO, 2003, p. 13). Assim, as famílias consideradas analfabetas são as que não conseguiram responder corretamente a nenhum ou o no máximo dois dos itens do teste. O nível 1, que corresponde as habilidades rudimentares de leitura e escrita, corresponde a questões bastante simplistas exigindo apenas uma pequena familiarização com o texto impresso apresentado, ou seja, “[...] retirar uma informação explícita em textos muito curtos, como títulos e anúncios” (GALVÃO, 2003, p. 126).

Já o nível 2, corresponde as habilidades básicas e contempla questões intermediárias em que necessita de uma leitura e uma compreensão restrita do texto. Neste nível, há uma exigência maior em relação à capacidade comunicativa, bem como a familiaridade com as habilidades de leitura e escrita simples, todavia, já demanda de uma maior compreensão e lógica, ou seja, segundo Galvão (2003, p. 126), “[...] conseguem localizar uma informação não explícita em textos de maior extensão”.

O nível 3 corresponde a questões plenas de letramento, ou seja, exigindo maior compreensão, interpretação, comparação e inferência dos textos lidos. Este nível possibilita aos sujeitos a inserção plena na sociedade, pois já utiliza com total autonomia as práticas de leitura e escrita. Para Galvão (2003, p. 126), estes já são “[...] capazes de ler textos mais longos, podendo organizar-se por subtítulos, além de comparar textos, localizar mais de uma informação, estabelecer relações entre diversos elementos do texto e localizar inferências”.

Para sistematização dos analfabetos funcionais e dos alfabetizados funcionalmente, o Inaf categoriza da seguinte forma: os sujeitos considerados analfabetos e os com nível rudimentar de letramento, ou seja, no nível 1 estão os sujeitos

considerados analfabetos funcionais, ou seja, não conseguem usar socialmente a leitura e escrita nas mais diversas práticas e eventos; já os que conquistaram os níveis básico e pleno, ou seja, níveis 2 e 3, são considerados alfabetizados funcionalmente. Estes já conseguem utilizar as práticas cotidianas de leitura e escrita, na sua vida social, em diferentes situações comunicativas. Para Ribeiro (2003, p. 16), os alfabetizados funcionais são todos aqueles que conseguem “[...] localizar uma informação num texto simples, desde que a tarefa não exija comparações e inferências [...] esse nível de habilidade já é suficiente para uma inserção adequada na sociedade [...]”.

Além dos níveis de letramento das famílias observadas, foi possível percebermos indicadores importantes para melhor compreendermos algumas questões que permeiam a relação família e escola, bem como para o levantamento do perfil doméstico dos estudantes investigados.

Já o diagnóstico com as crianças para identificação dos níveis de conceitualização da escrita foi baseado na pesquisa realizada por Ferreiro e Teberosky (1999). Quatro palavras da categoria materiais escolares foram utilizadas, iniciando com uma palavra polissílaba (lapiseira) até chegar a monossílaba (giz), complementando com uma frase contendo pelo menos uma das palavras citadas.

3. NÍVEIS DE ALFABETISMO OU DE LETRAMENTO? UMA QUESTÃO NECESSÁRIA NA NOSSA DISCUSSÃO

Para iniciar o debate acerca da questão colocada, recorremos a Freire (2001a) por defender que analfabetismo sempre foi tratado pelo poder dominante com certo preconceito, discriminação e estigmatização, sendo visto como a causa dos problemas nacionais e como vergonha para a população. Conseguiu sintetizar muito bem essa concepção errônea e discriminatória ao enfatizar que é uma visão ingênua encará-lo:

[...] ora como uma ‘erva daninha’ – daí a expressão corrente: ‘erradicação do analfabetismo’ -, ora como uma ‘enfermidade’ que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma ‘chaga’ deprimente a ser ‘curada’ e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de ‘civilização’ de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo, aparece também, nesta visão ingênua ou absoluta, como manifestação da ‘incapacidade’ do povo, de sua pouca inteligência, de sua ‘proverbial preguiça’.” (FREIRE, 2001a, p. 15 [grifo do autor])

Nessa mesma concepção, Ribeiro (2003) reafirma que o termo analfabeto na linguagem corrente tem as mais diversas acepções, além de “não saber ler e escrever” que é a mais recorrente, algumas concepções preconceituosas como “burrice”, “cegueira”, “chaga” também fazem parte do repertório das visões sobre o termo que, infelizmente, envolve um número ainda muito grande no país. Além dos analfabetos, o termo “analfabetos funcionais” passou a ser também usado com muita frequência, ampliando ainda mais o percentual de sujeitos estigmatizados, ou seja, para além dos que não sabem ler e escrever, os que tiveram acesso limitado à escolarização ou que dominam de forma tímida as habilidades de leitura e escrita.

Além de Freire (2001a) e Ribeiro (2003), Frago (1993) também reflete que algumas variantes do analfabetismo devem ser consideradas, como a “semi-alfabetização” (saber ler e não escrever, ou ler, mas não entender), defende que é daí que surge o analfabetismo funcional o qual está diretamente relacionado a não apropriação de textos da vida cotidiana. Assim defende como uma expressão bastante relativa, uma vez que o que é funcional para uns, muitas vezes, não é para outros. Uma variedade de conceitos tem sido dada ao letramento, dentre outros, destaca-se “alfabetismo” (Vera Masagão Ribeiro, 1999), “Cultura escrita e oralidade” (Osion e Torrance, 1995), “alfabetização” (Emília Ferreiro, 2003) “Letramento” (Ieda Tfouni, 2005 e Magda Soares, 2004a), mas, segundo Ribeiro (2003), e as discussões aqui apresentadas apesar de correlacionados supõem diferentes objetos.

Já o termo letramento, por todas as concepções apresentadas aqui, principalmente, aquelas de Soares (2002, 2003), Brasil (1997), Tfouni (2005) e Descardeci (2000) ao defenderem que não existem sujeitos iletrados na sociedade atual em que circulam de forma corrente as mais diversas práticas de leitura e escrita, nem tampouco grau ou nível zero de letramento pelas inúmeras interações dos sujeitos no cotidiano social, mesmo aqueles que não dominam a língua escrita. Corroboram, pois, com Frago (1993) ao defender a valorização da oralidade e não simplesmente o saber canonizado do escrito, e Freire (1988) ao defender a leitura de mundo como anterior a da palavra.

Depois dessa breve abordagem, chega o momento de analisar os níveis de letramento das famílias, a fim de fortalecer as nossas interpretações e compreender os diferentes fatores que interferem. Avaliar o nível de letramento das famílias pesquisadas é uma tarefa necessária para fornecer informações específicas sobre as habilidades e práticas sociais de leitura e escrita, porém não é uma tarefa simples, pois, como coloca Soares (2004), demanda uma definição clara de letramento que sirva de parâmetro para esta avaliação. Apesar da complexidade, este indicador servirá para melhor compreensão do perfil de letramento das famílias, associando diretamente a alguns indicadores que influenciam.

Marcushi (2001, p. 25) defende que, para investigar o letramento, é necessário, além de outros aspectos, “[...] observar práticas linguísticas em situações em que tanto a escrita como a fala são centrais para as atividades comunicativas em curso”. Assim compreende a necessidade de pensar o letramento para além dos aspectos linguísticos, mas também sociais e políticos, pois envolve indicadores em diferentes dimensões.

4. PROJEÇÃO DOS RESULTADOS

Para uma melhor organização e compreensão, os dados foram organizados através de quadros, os quais são apresentados abaixo, seguidos de uma breve interpretação, para que possamos ir além da identificação das práticas de leitura e escrita vivenciadas pelas famílias pesquisadas, mas, também, trazermos à tona os níveis de letramento destas famílias e os vários fatores que interferem para estes diferentes graus de uso social da leitura e da escrita.

O quadro a seguir representa o resultado geral da pesquisa realizada com as famílias e será, posteriormente, analisado e categorizado de acordo a alguns fatores, visando um olhar panorâmico e uma interpretação mais detalhada do nível de letramento de acordo a estes pontos.

Quadro 1: Nível de letramento geral das famílias pesquisadas		
BASE		31
NÍVEIS		%
Analfabeto		22%
I. Rudimentar		42%
II. Básico		26%
III. Pleno		10%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabetos Funcionais	64%
Básico e Pleno	Alfabetizados Funcionalmente	36%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Conforme revela o quadro acima, existe um alto percentual de famílias que são consideradas analfabetas, 22%, enquanto 42% possuem apenas o nível rudimentar de letramento, ou seja, somando as famílias analfabetas e as que estão no nível rudimentar de letramento, temos um percentual de 64% de famílias analfabetas funcionais o que representa a grande maioria. As famílias alfabetizadas funcionalmente estão no rol daqueles que conquistaram o nível básico, ou seja, 26% e o nível pleno, 10%, totalizando 36% de famílias. Este indicador apresenta grandes reflexões, principalmente, a necessidade de fortalecer as práticas de leitura e escrita no contexto escolar associadas aos seus usos e demandas presentes no cotidiano atual, e de potencializar ações de aproximação da família na escola no sentido de buscar para além da contribuição política e pedagógica para a instituição, mas, também, instrumentalizar estas famílias para as interações letradas em casa e no seu entorno.

Os dados do quadro revelaram uma triste realidade, pois 64% das famílias investigadas, consideradas analfabetas funcionais, só conseguiram responder as questões mais simplórias do cotidiano, envolvendo as habilidades da leitura e da escrita. Deste percentual, 22% sentiram dificuldade ou não conseguiram responder os itens mais simples do teste aplicado, sendo, por isso, denominadas como analfabetas.

As famílias consideradas analfabetas, apesar de não terem familiaridade com a língua escrita, são capazes de reconhecer alguns elementos presentes na escrita e até fazer uso limitado de informações registradas, ou seja, mesmo tendo capacidades bastante restritas por não possuírem autonomia para resolver algumas situações do cotidiano que envolvem a leitura e escrita, estas não são “iletradas”, justamente, por concordarmos com Freire (1988a), que revela que não existe sujeito, pertencente a uma sociedade letrada e grafocêntrica, com nível zero de letramento. Para Freire (1988a, p. 13), “[...] nem a cultura iletrada é a negação do homem, nem a cultura letrada chegou a ser a sua plenitude. Não há homem absolutamente inculto: o homem ‘humaniza-se’ expressando, dizendo o seu mundo. Aí começa a história e a cultura letrada”.

Além disso, Soares (2002) revela que o letramento está para além da escrita por compreender também o que ouvimos, o que falamos e, principalmente, a interação com os diversos meios. Desta forma, não se pode dizer que um sujeito por não ter ainda se apropriado da linguagem escrita possui nível zero de letramento. Soares (2002) defende a necessidade da palavra letramento ser pluralizada por designar “[...] diferentes efeitos cognitivos, culturais e sociais em função de variadas e múltiplas formas de interação com o mundo – não só a palavra escrita, mas também a comunicação visual, auditiva, espacial” (SOARES, 2002, p. 155). Sufragam da mesma concepção Brasil (1997), Tfouni (2005), Descardec

(2000) e Frago (1993) ao valorizarem as múltiplas linguagens e não apenas a escrita e as inúmeras interações que os sujeitos estabelecem com as práticas sociais mesmo sem o domínio do sistema escrito.

Embora se compreenda a concepção dos pesquisadores supracitados, os dados são preocupantes e assustadores, pois, a grande maioria das famílias possui uma capacidade limitada para participar socialmente dos eventos e práticas de letramento, mostrando-se ainda dependentes de leitores mais ativos para a resolução de situações do cotidiano, possibilitando apenas a interação com práticas elementares do dia a dia, mas não possibilitando a inserção plena do sujeito no contexto social.

O nível básico de letramento, ou seja, o nível 2 foi atingido apenas por 26% dos pesquisados. Segundo Andrade (2011), isso implica que uma pequena minoria consegue dominar habilidades básicas de leitura e escrita na vida social. Apesar destas famílias já serem considerados segundo o Inaf como alfabetizados funcionalmente ainda não dominam e nem participam plenamente das práticas em que leitura e escrita estão presentes.

Já o nível 3 ou pleno de letramento foi contemplado por apenas 10% das famílias pesquisadas. Isso revela uma grande necessidade de ações afirmativas e formativas no sentido de fortalecer este público, para que possa atuar de forma mais efetiva não só na escola e nas interações letradas com seus filhos no contexto doméstico mas também nas diversas demandas sociais. Do número total de famílias pesquisadas só este percentual domina a capacidade de ler textos mais longos e localizar várias informações, estabelecendo relações entre partes deste texto. Além disso, consegue sintetizar, inferir informações ocultas e responder, adequadamente, a todas as situações letradas no cotidiano social, ou seja, só 10% das famílias conseguiram responder, satisfatoriamente, a todas as questões apresentadas no teste.

Depois de conhecermos os níveis de letramento geral das famílias pesquisadas, interessa-nos agora destacar os fatores que podem influenciar nestes níveis. Apresentamos a seguir uma análise mais detalhada tomando como parâmetro algumas variáveis, como escolaridade, faixa etária, religião, ocupação, renda, estado civil, constituição familiar, dentre outras para uma melhor compreensão das dimensões que interferem nas interações letradas dos sujeitos.

Inicialmente, apresentamos o nível de letramento das famílias de acordo à escolaridade, uma vez que, diante das mais diversas variáveis, apresenta-se decisiva. Apesar das discussões de Soares (2003) e Kleiman (2005) sobre as diferenças do letramento social e escolar, os dados revelam que há uma forte relação entre a escolaridade e o nível de letramento das famílias, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 2: Nível de letramento das famílias pesquisadas por escolaridade

NÍVEIS		ESCOLARIDADE				
		Nenhuma	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II	Ensino Médio	Ensino Superior
BASES		7	13	5	5	1
Analfabeto		100%	-	-	-	-
I. Rudimentar		-	92%	20%	-	-
II. Básico		-	8%	80%	60%	-
III. Pleno		-	-	-	40%	100%
Analfabeto e rudimentar	Analfabetos funcionais	100%	92%	20%	-	-
Básico e pleno	Alfabetizados funcionalmente	-	8%	80%	100%	100%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Mesmo com todas as diferenças entre o letramento escolar e social, o processo de escolarização representa um forte indicador para a promoção da participação efetiva dos sujeitos nos eventos e práticas de letramento. Assim, é possível afirmar que, quanto maior o tempo de escolarização, maior a participação social de leitura e escrita. Conforme elucida Soares (2003) ao analisar os dados do Inaf/2001 que, de maneira significativa, “[...] quanto mais longo o processo de escolarização, quanto mais os indivíduos participam de eventos e práticas escolares de letramento, mais bem-sucedidos são nos eventos e práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita” (SOARES, 2003, p. 111).

Os dados reafirmam a reflexão de Soares (2003) que, de fato, o grau de instrução escolar influencia fortemente nos níveis de letramento dos sujeitos, pois todas as famílias sem escolarização não conseguiram ou tiveram dificuldade de

responder as questões mais simples envolvendo o uso social da leitura e da escrita, necessitando de outros leitores. Já entre famílias que iniciaram ou concluíram os anos iniciais do ensino fundamental (92%) estão no nível rudimentar e, apenas 8%, no nível básico; ou seja, das famílias que possuem de um a quatro anos de escolarização a quase totalidade são consideradas analfabetas funcionais, o que corresponde as habilidades elementares de leitura e escrita e, deste percentual, boa parte encontra-se com maiores limitações em tarefas simples do dia-a-dia que envolve leitura e escrita. Quando se trata de famílias com os anos finais do ensino fundamental iniciados ou concluídos o quadro começa mudar: o percentual de analfabetos funcionais cai para 20%, dando espaço para os alfabetizados, funcionalmente, 80%, embora nenhuma destas famílias tenha conquistado o nível pleno de letramento. Só a partir do ensino médio é que os dados revelaram a totalidade de famílias alfabetizadas funcionalmente. Estes dados reafirmam a posição de Soares (2003) de que a escolaridade é uma variável decisiva no nível de letramento dos sujeitos.

Tudo isso reafirma as discussões anteriores em torno da dimensão social do letramento que Soares (2004) define como um fenômeno cultural, um conjunto de situações sociais que exigem o uso da língua escrita. Como prática social da leitura e da escrita, o letramento ganha dimensões que transcendem os muros do ambiente escolar, agregando situações diversas a que os sujeitos são convidados a participar em diferentes situações da vida. Desta forma, fica claro porque os anos de escolaridade influenciam na mudança de nível de letramento, pois, na escola, além de os sujeitos buscarem uma apreensão da tecnologia da escrita, estão inseridos em ambiente letrado, carregado de materiais impressos que, muitas vezes, não têm contato fora da escola.

O pouco acesso à escolarização traduz uma grande dívida social e cultural, privando os sujeitos de oportunidades diversas presentes nas sociedades letradas, porém, apesar de a escolaridade influenciar no nível de letramento dos alunos, há uma enorme lacuna no processo educativo que nega aos sujeitos a aquisição de competências básicas de leitura e escrita em poucos anos de escolarização. Para que atinja um alto grau de letramento, ou seja, o nível pleno para participar dos eventos úteis de algumas demandas sociais, necessita de mais tempo de escolarização (pelo menos oito anos). Esta constatação se dá pelo fato de observar que a grande maioria das famílias com os anos iniciais de escolarização está no nível 1 de letramento, ou seja, no rudimentar.

Sobre estes dados observados, Brito (2003) contribui com a discussão ao ilustrar que quanto maior a participação do sujeito na cultura escrita, maiores serão as práticas autônomas de leitura e escrita, ou seja, maiores serão as oportunidades de realizar tarefas que exijam controle, inferências diversas e ajustes constantes. Por isso, os dados reafirmam as discussões do autor ao revelar que participar da sociedade de escrita implica também conhecer e utilizar os objetos e discursos da cultura escrita, o que implica deter a informação, saber manipulá-la e inseri-la em universos referenciais específicos.

Usando as palavras de Soares (2003, p. 99), pode-se reafirmar que “a conclusão é que quanto mais alto o grau de instrução, mais alto o nível de alfabetismo, [...] há uma evidente correlação entre letramento e escolarização; ou que a escolarização é fator decisivo na promoção do letramento”.

A faixa etária também foi outro fator analisado para a percepção da sua interferência no nível de letramento das famílias e o resultado pode ser visualizado no quadro a seguir.

Quadro 3: Nível de letramento das famílias pesquisadas por faixa etária

NÍVEIS		FAIXA ETÁRIA		
		25 A 34 ANOS	35 A 44 ANOS	45 A 55 ANOS
BASES		15	11	5
Analfabeto		20%	27%	20%
I. Rudimentar		47%	27%	60%
II. Básico		20%	27%	20%
III. Pleno		13%	19%	-
Analfabeto e rudimentar	Analfabetos funcionais	67%	54%	80%
Básico e pleno	Alfabetizados funcionalmente	33%	46%	20%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

O quadro revela que o fator idade nas famílias pesquisadas não sofreu maiores alterações no que se refere ao

mapeamento do perfil quanto ao nível de letramento. Das famílias com a faixa etária compreendida entre 25 e 34 anos, 67% são consideradas analfabetas funcionais e, apenas 33%, alfabetizadas funcionalmente. O quadro muda um pouco para as de faixa etária entre 35 e 44 anos, pois o percentual de analfabetismo funcional cai para 54% e sobe para 46% o índice de alfabetismo. Já para as famílias com idade compreendida entre 45 e 55 anos, o percentual de analfabetismo funcional aumenta, totalizando 80%, ou seja, apesar de não tão significativo, podemos inferir que as famílias com idade intermediária entre 35 e 44 anos são as que apresentam um nível mais alto de letramento, mesmo assim ainda não contempla um percentual satisfatório. Esta realidade observada nas famílias pesquisadas contraria os percentuais apresentados no Inaf/2011 e, em pesquisa, realizada por Andrade (2011), que revela um nível mais elevado de letramento na população mais jovem.

Estes dados apresentam uma realidade bastante interessante, pois as famílias mais jovens apresentaram níveis de habilidades sociais de leitura e escrita inferior aos da faixa etária compreendida entre 35 e 44 anos, porém como ilustra Chartier (1996), estas pessoas têm uma vasta experiência de mundo por terem vivenciado diversas situações que favoreceram uma maior familiaridade com as práticas sociais da leitura e escrita. Nas suas palavras, Chartier (1996, p. 246) elucida que:

[...] a aprendizagem da leitura se apóia muito mais sobre os questionamentos pré ou extra-escolares, ligados à descoberta, pelo sujeito, de problemas que pertencem à compreensão da ordem dos objetos do mundo, do que sobre uma escolarização ou uma aprendizagem escolar.

A religião das famílias também foi um indicador analisado por promover forte influência no nível de letramento das famílias como pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 4: Nível de letramento das famílias pesquisadas por religião			
NÍVEIS		RELIGIÃO	
		CATÓLICA	OUTRAS
BASES		25	6
Analfabeto		28%	-
I. Rudimentar		48%	17%
II. Básico		12%	83%
III. Pleno		12%	-
Analfabeto e rudimentar	Analfabetos funcionais	76%	17%
Básico e pleno	Alfabetizados funcionalmente	24%	83%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

A religião se apresenta como um fator de forte influência no nível de habilidade em leitura e escrita das famílias. As famílias que possuem uma religião definida e são praticantes estão com um nível mais alto de letramento. O quadro revela que nenhuma família pertencente à outra religião é considerada analfabeta, enquanto 28% das que se declararam católicas, estão neste mapa. É interessante enfatizar que das que se declararam católicas um grande percentual não segue nenhuma religião, mas por terem sido batizadas desde a infância, assim se consideram.

Se analisarmos os dados a partir da consolidação do alfabetismo funcional, estes revelam que uma pequena minoria das famílias católicas, 24% são consideradas alfabetizadas funcionais. Comparados às famílias de outras religiões, este percentual aumenta significativamente para 83%, ou seja, as famílias denominadas católicas possuem um nível de letramento bastante inferior em relação as que pertencem a outras religiões.

A ocupação das famílias também foi um fator analisado no estudo para compreender a influencia com o nível de letramento e os dados estão consolidados no quadro a seguir.

Quadro 5: Nível de letramento das famílias pesquisadas por ocupação/profissão			
NÍVEIS		PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	
		Lavrador/a	Dona de casa/

		agricultor/a	doméstica	Vendedora	Outros
BASES		6	18	5	2
Analfabeto		17%	33%	-	-
I. Rudimentar		66%	45%	-	-
II. Básico		-	22%	60%	50%
III. Pleno		17%	-	40%	50%
Analfabeto e rudimentar	Analfabetos funcionais	83%	78%	-	-
Básico e pleno	Alfabetizados funcionalmente	17%	22%	100%	100%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

De acordo ao quadro, os dados revelam uma estreita relação do nível de letramento com a profissão das famílias. Das famílias lavradoras ou agricultoras a quase totalidade, 83%, está no mapa do analfabetismo funcional e, apenas, 17% delas conquistaram o nível pleno de letramento. De forma bastante semelhante estão as famílias donas de casa ou domésticas, ocupando um percentual de 78% de analfabetas funcionais e, apenas, 22% alfabetizadas funcionalmente. O quadro muda de forma radical para as famílias vendedoras e as que ocupam outras funções, pois a totalidade conquistou os níveis básico ou pleno; estão inseridas no mapa das famílias que usam, de forma autônoma, a leitura e a escrita nas mais diversas práticas e eventos sociais de leitura e escrita. Estes dados reafirmam os do Inaf/2001, analisados por Brito (2003) que revela a estreita relação entre o nível de letramento e a oportunidade profissional. Para o autor, “[...] há uma substancial e consistente diferença entre o grau de alfabetismo auferido no teste e o tipo de ocupação que tem cada grupo” (BRITO, 2003, p. 55).

No quadro geral da pesquisa, observa-se que um grande percentual das famílias (42%) está situada no nível 1 de letramento, ou seja, rudimentar, um nível de habilidade muito baixo, pois, são capazes de localizar somente informações elementares do cotidiano. Além disso, existe um número de 22% das famílias que nunca frequentaram a escola e não sabem nem ler nem escrever, estas são consideradas analfabetas, entretanto, consideramos que possuem algum grau de letramento. No nível 2, só 26% dos pesquisados; um nível intermediário, básico, que impede que os sujeitos se insiram de modo satisfatório em algumas práticas e em alguns eventos de letramento desenvolvidos no contexto social. Apenas 10% dos sujeitos investigados estão inseridos no nível 3, um número pequeno, haja vista este percentual indicar habilidades plenas para as práticas sociais básicas da leitura e da escrita.

A pesquisa demonstra que alguns fatores são determinantes para a definição do nível de letramento dos sujeitos. A escolaridade é o principal deles, além disso, outros fatores como faixa etária, religião, ocupação/profissão, cor/raça, renda, estado civil, número de membros na família, constituição familiar, frequência do uso do computador, quantidade de escritos na residência, quantidade de livros na residência, frequência de ajuda às crianças nas atividades escolares, participação em práticas culturais, escritas presentes no domicílio, práticas de leitura e escrita pelos pais assistidas na infância, habilidades de leitura e escrita os pais, escolaridade dos pais, habilidade de leitura e escrita das mães e escolaridade das mães também contribuem fortemente para estes níveis. Estes dados representam importantes fatores de reflexão e discussão e, apesar de contribuírem positiva ou negativamente para os níveis de letramento das famílias, não podemos deixar de considerar a reflexão apresentada por Galvão (2003, p. 149) ao destacar:

Existe, ainda, um número não negligenciável de pessoas que, mesmo pertencentes ao grupo dos “improváveis” [...] que ultrapassam a barreira do óbvio, e suas histórias de vida mostram que fatores econômicos, sociais e geográficos são importantes, mas não são os únicos determinantes dos níveis de utilização da leitura e da escrita pelos sujeitos. Os dados mostram a própria capacidade de ação, nas práticas cotidianas, dos atores sociais (Nogueira *et al.*, 2003), que não podem ser reduzidas ao que, muitas vezes, as análises deterministas da relação entre as condições sociais e escolares ou culturais tendem a mostrar [grifo da autora].

Depois da discussão sobre os níveis de letramento das famílias e os diversos fatores que interferem, interessa-nos analisar seu reflexo no nível de conceitualização da escrita dos estudantes.

O quadro a seguir apresenta o percentual de crianças em cada nível de escrita, de acordo com o grau de letramento das famílias, a fim de perceber os impactos do letramento das famílias na escrita dos estudantes.

Quadro 6: Nível de letramento das famílias pesquisadas e impacto no nível de conceitualização da escrita dos filhos

NÍVEIS		NÍVEIS DE CONCEITUALIZAÇÃO DA ESCRITA			
		Pré-silábico	Silábico	Silábico-alfabético	Alfabético
BASES		13	3	2	13
Analfabeto		31%	33%	-	15%
I. Rudimentar		54%	-	50%	38%
II. Básico		15%	67%	50%	23%
III. Pleno		-	-	-	23%
Analfabeto e rudimentar	Analfabetos funcionais	85%	33%	50%	53%
Básico e pleno	Alfabetizados funcionalmente	15%	67%	50%	46%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

De acordo com os dados, observa-se que o grau de letramento das famílias, muitas vezes, interfere no nível de escrita dos filhos, pois é possível notar, mesmo que de forma não tão decisiva, que, quando se trata de família que se encontra no nível de letramento mais baixo, o filho, conseqüentemente, está num baixo nível de escrita. Os pais pois, que têm um maior grau de letramento, por conseguinte reflete seu grau de leitura e escrita aos filhos, porque, um grande número de crianças que se encontram no nível alfabético seus pais estão no nível pleno de letramento. Segundo Lahire (1997), as ações dos pais são as reações dos filhos: se estes convivem em um ambiente onde o uso das práticas de leitura e escrita é constante, logo essa criança tem maior possibilidade de crescer dentro dessas práticas letradas.

Tomando como parâmetro as crianças com escrita pré-silábica, que são as que estão iniciando o processo de construção da escrita, percebe-se que um grande número de famílias possuem níveis baixos de habilidade social em leitura e escrita -31% considerados analfabetos e 54% com nível 1 ou rudimentar de letramento. As crianças com maiores dificuldades no processo de escrita, portanto, tem famílias com baixos níveis de letramento, consideradas analfabetas funcionais - 85%. Nenhuma criança do nível pré-silábico tem família com nível pleno de letramento.

Analisando as crianças com nível alfabético de escrita, percebemos o outro extremo. Destas, 15% têm famílias que são consideradas analfabetas, 38% estão no nível rudimentar de letramento, 23%, no nível básico e 23%, no nível pleno. Das crianças mais avançadas na compreensão da escrita, o percentual de famílias consideradas analfabetas funcionais reduziu para 53%. Isso reflete que, de fato, o nível de letramento das famílias influencia sim na aprendizagem da escrita dos estudantes, porque as crianças de nível de escrita silábica e silábica-alfabética contam com um número de referência bastante reduzido, não representando uma análise confiável. Exatamente por isso que o olhar foi focado nos estudantes de escrita pré-silábica e alfabética que representam 84% das crianças pesquisadas.

Esta realidade enfatiza as discussões de Purcell-Gates (2004, p. 30) que, baseando seus estudos sobre a alfabetização no contexto familiar, destaca a extrema influência de fatores como:

[...] o nível de instrução da família, a utilização de materiais escritos e a escrita de tarefas domésticas, o número de livros que se lêem na casa e a frequência de leitura de contos com os filhos e filhas em relação ao nível de aprendizagem da leitura [e da escrita] na escola [grifo nosso].

Declarar que o nível de instrução da família interfere na aprendizagem escolar é reafirmar o que os dados apresentaram sobre o grau de letramento e os impactos no processo de conceitualização da escrita da criança, posto que, conforme o já analisado, a escolaridade é um fator preponderante para a inserção nas práticas sociais de leitura e escrita.

Ainda corroborando com o resultado dos dados apresentados, Purcell-Gates (1995, p. 31) revela que “[...] a escrita é um ‘fenômeno’ do mundo que deve ser experimentada em uso, para poder ser reconhecida como semiótico e utilizada para o desenvolvimento de conceitos e habilidades”. Com essa concepção, reforça-se a ideia de que o ambiente doméstico é um lugar privilegiado para a apresentação da escrita e da leitura as crianças, mas ao mesmo tempo, Purcell-Gates (1995, p.31) lembra que “[...] não podemos dar por feitas certas práticas letradas – já que a maioria das famílias [...] não possuem uma educação formal – nem evitam a necessidade de coordenar as aprendizagens familiares e escolares.

Para além da análise dos impactos do letramento da família no nível de escrita dos estudantes pesquisados, ampliamos também o foco para os fatores que de forma ampla ou restrita influenciam o letramento dos sujeitos, a fim de tentarmos

responder a algumas interrogações que permearam as nossas reflexões: a escolaridade das famílias influencia na compreensão do sistema de escrita das crianças da mesma forma que interfere no nível de letramento? Quais outros fatores são decisivos para o processo de construção da escrita dos estudantes?

No quadro geral, porém, observamos que, o nível dos filhos cresce à proporção que aumenta o nível de escolarização das famílias, justamente por conta de os pais possuírem um melhor e maior contato com práticas de leitura e escrita. Assim, essas famílias certamente têm maior condição de contribuir mais efetivamente na aprendizagem dos filhos.

A escolarização dos pais ou responsáveis, na maioria das vezes, reflete nos filhos, pois o contato com práticas letradas é maior, e a criança se torna envolvida com esse processo. Purcell-Gates (2004) afirma que o nível de instrução dos pais é fator de suma importância, pois este conhecimento pode proporcionar o contato com diversas práticas letradas.

Podemos notar que, quanto maiores forem os materiais escritos existentes nos lares, mais possibilidades de a criança desenvolver a sua escrita, pois o contato com práticas escritas permite que os discentes conheçam e se envolvam com esses materiais e, por consequência, tornam-se mais desenvoltos na escrita. Essa constatação colabora com a discussão apresentada por Purcell-Gates (2004) quando afirma que é de suma importância a utilização de materiais escritos nos lares, bem como a utilização de escrita no seio familiar.

Batista (1998) e Rojo (1995) defendem que tanto o nível de escolaridade dos pais como as práticas e eventos de leitura e escrita vivenciadas no ambiente familiar são fatores que se relacionam de forma positiva para a formação de leitores e para o sucesso escolar dos estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa análise os estudos permitiram verificar que alguns fatores são determinantes para a definição do nível de letramento dos sujeitos. A escolaridade é o principal fator de promoção das habilidades e práticas de leitura; além disso, outros fatores como faixa etária, religião, ocupação/profissão, cor/raça, renda, estado civil, número de membros na família, constituição familiar, frequência do uso do computador, quantidade de escritos na residência, quantidade de livros na residência, frequência com que ajuda as crianças nas atividades escolares, participação em práticas culturais, escritas presentes no domicílio, práticas de leitura e escrita pelos pais, assistidas na infância, habilidades de leitura e escrita os pais, escolaridade dos pais, habilidade de leitura e escrita das mães e escolaridade das mães também contribuem mesmo de forma tímida para estes níveis.

Quanto ao nível de conceitualização da escrita pelas crianças pesquisadas, os dados revelam uma realidade um tanto distante da proposta apresentada pelos currículos, políticas e programas da educação brasileira, pois a grande maioria ainda não consolidou a alfabetização tampouco o letramento que estão previstos para o final do ciclo. Apesar do olhar neste momento estar voltado apenas para a aquisição da escrita pelas crianças, percebe-se que estas ainda necessitam de algumas conquistas para que atinjam as habilidades de conhecimento esperado para esta etapa.

Comparando estes fatores com o nível de conceitualização da escrita pelas crianças, os dados apresentam algumas sínteses, dentre as quais se pode destacar que o processo de construção da escrita pelas crianças pode sofrer influência de diversos fatores, um deles é o acesso limitado a práticas e eventos de letramento no cotidiano sociofamiliar.

Além desta constatação, a pesquisa demonstra, assim como na análise dos níveis de letramento das famílias e suas diversas influências, que alguns fatores também são indicadores diretos ou indiretos para o processo de construção da escrita das crianças. A escolaridade, a renda, a cor/raça, o acesso as práticas e eventos de letramento, o acompanhamento da família, são alguns dos mais decisivos para a promoção da leitura; além disso, outros fatores também contribuem fortemente para estes níveis, como por exemplo, a interferência, mesmo indiretamente do grau de letramento das famílias, quanto menor o nível de letramento das famílias mais provavelmente os filhos apresentem maior dificuldade no processo de construção da escrita.

A variedade de escritos nas residências também representa fator preponderante, revelando que a presença destes gêneros textuais no cotidiano familiar são fatores que facilitam o acesso ao letramento das crianças, assim como a quantidade de livros na residência, pois os dados mostram que quanto mais limitado o número de livros no contexto doméstico, menores são as possibilidades das crianças se apropriarem da língua escrita.

Além de todos esses indicadores, a leitura em voz alta pela família exerce forte influência no processo de aprendizagem da escrita, principalmente, a leitura de contos infantis, reafirmando algumas pesquisas já destacadas nesse estudo.

Estes dados representam importantes fatores de reflexão e discussão e, apesar de contribuírem positiva ou negativamente para os níveis de letramento das famílias, não se pode deixar de considerar o percentual de estudantes que, mesmo não estando no mapa dos fatores aqui discutidos, conseguem se destacar nos espaços escolares, contrariando as discussões e as diversas pesquisas realizadas, contribuindo para a percepção de que apesar destes

indicadores já destacados refletirem na construção do processo de escrita pelas crianças, não são os únicos determinantes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. E. B. **Alfabetização e Letramento**: o desvelar de dois caminhos possíveis. Jundiaí: Paco, 2011.

BRASIL. Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa, v. 2. Brasília, 1997.

BRITO, P. L. Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003, p. 47-63.

CHARTIER, Roger. **Práticas de Leitura**. Tradução Cristine Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

DESCARDECI, M. A. A. S. O Incentivo Municipal à Alfabetização: Um Evento de Letramento na Comunidade. In: KLEIMAN, A. K. **Alfabetização e Formação de Professor**: Alfabetização de Jovens e Adultos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FERREIRO, Emília. Alfabetização e Cultura Escrita [Entrevista]. **Revista Nova Escola**. Ano XVIII, n. 162, p. 29-33, maio, 2003.

FRAGO, Antonio Viñao. Oralidade e Escrita: os paradoxos da alfabetização In: FRAGO, Antonio Viñao. **Alfabetização na Sociedade e na História**: vozes, textos e palavras. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p.15-69.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988a.

_____. **Política e Educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ação cultural para a prática da liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

GALVÃO, Ana M. de O. Leitura: algo que se transmite entre as gerações? In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003. p. 125-153.

INAF. **Relatório Indicador de Analfabetismo Funcional 2011**. Instituto Paulo Montenegro. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br/>>, Acesso em: 16 fev. 2012.

KLEIMAN, Angela B. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, Roxane (org.). **Alfabetização e Letramento**: perspectivas lingüísticas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006, p. 173 -204.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. Tradução Ramon Américo Vasques e Sônia Goldefer. São Paulo: Ática, 1997.

MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNOINI, I. (Org.) **Investigando a relação oral/escrito e as teorias de letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 23-50.

PURCEL-GATES, Victória. Alfabetização familiar: coordenação entre as aprendizagens da escola e as de casa. In: TEBEROSKY, A.; GALLART, Marta. S. et al. **Contextos de Alfabetização Inicial**. Tradução Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Other people's words**: the cycle of low literacy. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Alfabetismo e atitudes**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papirus; Ação Educativa, 1999.

_____. Por mais e melhores leitores: uma introdução. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2003. p. 9-29.

ROJO, Roxane H. Concepções não-valorizadas de escrita: a escrita como “um outro modo de falar”. In: KLEIMAN, Angela B. (Org). **Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 1995. p. 65-89.

SOARES, M. B. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, n° 25, jan/fev/mar/abr, 2004a.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. In: **Educação e Sociedade: revista de ciência da educação** [Dossiê de Letramento]. Centro de Estudos Educação e Sociedade. v. 23, n. 81. p. 143 -162. Campinas - São Paulo: Cortez, Cedes, 2002.

[1] Doutora e Mestre em Educação, Pedagoga, Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação e Psicopedagogia Aplicada a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Atua na docência da Educação Superior no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: nateandrade@bol.com.br

[1] Mestre e doutoranda em Educação pela Universidad Hispano Guarani. Pedagoga pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Especialista em Supervisão Escolar (UEFS), Educação e Novas Tecnologias da Educação, também pela UEFS, além de Docência do Ensino Superior e gestão escolar pela Faculdade João Calvino. Atua na docência da Educação Superior - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e na Coordenação Pedagógica da Rede Estadual de Ensino da Bahia E-mail: sineidestrela@hotmail.com

Recebido em: 02/08/2015

Aprovado em: 02/08/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: